

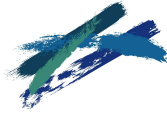
Frente Ampliada em Defesa da Saúde Mental, da Reforma Psiquiátrica e da Luta Antimanicomial de Santa Catarina

MANIFESTO EM REPÚDIO AO DESMONTE DA POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE MENTAL DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

O atendimento no Brasil às pessoas em sofrimento psíquico, inclusive aqueles relacionados ao uso de drogas, modificou-se historicamente a partir do movimento da luta antimanicomial e da Reforma Psiquiátrica Brasileira (RPB), os quais sustentaram a aprovação da Lei n. 10.216 de 2001. Antigamente as pessoas em sofrimento tinham somente o hospital psiquiátrico, ou o manicômio, como espaço destinado ao tratamento - onde diversas violações de direitos humanos eram e ainda são cometidas. Como resultado do movimento da luta antimanicomial e da RPB, foi implementada uma rede de serviços públicos do Sistema Único de Saúde (SUS), sustentada pelo modelo de atenção em comunidade e no território, a fim de proporcionar o verdadeiro cuidado que as pessoas mereciam: o cuidado em liberdade, marcado pelo respeito à autonomia e à dignidade da pessoa humana, um cuidado baseado no modelo psicossocial. Como preconiza a Lei 10.216/2001, ainda é preciso que retiremos as pessoas que são atendidas - inclusive aquelas que ainda moram - nos hospitais psiquiátricos, seguir com este processo de substituição por serviços de atenção em liberdade. E proporcionar o cuidado em saúde mental por meio da oferta de uma Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) que valoriza o sujeito-cidadão que sofre mentalmente. Que a RAPS seja cada vez mais forte e potente no espaço de vida das pessoas: a comunidade.

Esse contexto é resultado do trabalho e das mudanças que o conjunto da sociedade civil organizada tem proporcionado, contando com o respaldo de profissionais de diversas categorias, usuários dos sistema de saúde e seus familiares, profissionais da academia, estudantes e gestores públicos. Não podemos ficar inertes ao ataque que a atual Política de Saúde Mental do Brasil está sofrendo, numa tentativa traiçoeira de retrocesso no modelo de cuidado às pessoas em sofrimento psíquico, que há mais de 20 anos vem atuando diuturnamente no CUIDADO EM LIBERDADE, AUTONOMIA e ESPAÇOS DE CONSTRUÇÃO DE VIDA PARA ESSES SUJEITOS, tão alijados da nossa sociedade.

Na última quinta (03/12/2020), em reunião do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS), foi criado um Grupo de Trabalho que apresentará no dia 17/12/2020, na Comissão Intergestores Tripartite (CIT), uma proposta que configura uma “Nova Política de Saúde Mental”. A prévia apresentada da proposta encontra alinhamento com uma única categoria profissional: a dos psiquiatras, organizados através da Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP), e preconiza o retorno do hospital psiquiátrico e do ambulatório como principais serviços. Isso significa dizer que está em

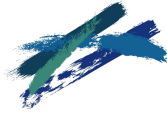


Frente Ampliada em Defesa da Saúde Mental, da Reforma Psiquiátrica e da Luta Antimanicomial de Santa Catarina

curso a construção de normativas para o SUS que não estão de acordo com os princípios do sistema, levando em consideração que:

- 1) Não houve diálogo com as demais categorias profissionais;
- 2) Abstém-se da necessidade de diálogo em todas as instâncias do SUS competentes, tais como as Conferências de Saúde, e de Saúde Mental, os Conselhos de Saúde, e os movimentos existentes e formais, tais como as Câmaras Técnicas das Comissões Intergestores, os Colegiados de Saúde Mental, as Escolas Formadoras; as Frentes Parlamentares das três esferas do poder legislativo;
- 3) Não busca diálogo com os movimentos sociais compostos por trabalhadores/as, usuários e familiares que há mais de 35 anos discutem, vivem e constroem a assistência em saúde mental no país;
- 4) Ignora-se as milhares de pesquisas sobre atenção psicossocial realizadas nas últimas décadas, considerando de forma espúria que só há um tipo de ciência: a ciência positivista / biomédica;
- 5) O documento base utilizado para propor essa "nova política" aponta para um olhar estigmatizador das pessoas em sofrimento psíquico, identificando-os como "doentes", "doentes mentais" ou "pacientes", ao invés de "sujeitos" e "cidadãos", isto é, ignora que sejam usuários do SUS. A linguagem utilizada deixa evidente que se trata de uma abordagem com fundamento na patologização, medicalização e mercantilização da vida;

A partir do que foi exposto pela representante do Ministério da Saúde ao CONASS, prevê-se a extinção dos equipamentos do SUS denominados Consultório na Rua (CnaR), Serviço Residencial Terapêutico (SRT) e Unidade de Acolhimento (UA). É o desmantelamento da RAPS: (a) desassistência à população em situação de rua, que tem o CnaR como um importante serviço que garante acesso ao cuidado em saúde; (b) impossibilidade de se prosseguir com o cuidado das pessoas egressas dos hospitais psiquiátricos, e aumento da população presa dentro do manicômio, visto que o SRT é serviço que proporciona um local de moradia com respeito e dignidade; e (c) enfraquecimento do cuidado às pessoas com problemas relacionados ao uso de drogas e que contam com o suporte da UA, a partir do cuidado que o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) coordena. É de se prever que com a "nova política" o recurso financeiro dos serviços comunitários (SRT, CnaR, UA inicialmente, mas também possivelmente desfinanciamento dos CAPS, tendo em vista que eles perdem o papel estratégico que hoje têm na RAPS) deixe de ser direcionado ao município de pequeno ou médio porte. A "nova política", proposta pela associação psiquiátrica e chancelada



Frente Ampliada em Defesa da Saúde Mental, da Reforma Psiquiátrica e da Luta Antimanicomial de Santa Catarina

pelo Ministério da Saúde, vai na contramão do que vem se construindo no SUS a respeito da municipalização da saúde, da autonomia dos entes para gerir o cuidado em saúde de seus municípios.

Quanto ao que denominamos "manicômio", para além da sua materialização nos conhecidos hospitais psiquiátricos, ele se expressa de outras formas, que podemos resumir em olhares e atitudes que promovem ou buscam legitimar a exclusão social, o preconceito (de todos os gêneros e formas) e o estigma.

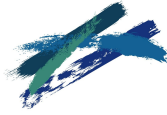
A Frente Ampla em Defesa da Saúde Mental, da Reforma Psiquiátrica e da Luta Antimanicomial em Santa Catarina encontra-se alinhada a todos os que lutam por moradia digna, pelo combate a todo tipo de discriminação (população LGBTQI, população negra, indígena e quilombola, movimento de mulheres, entre outros), por acesso à educação de qualidade a todos, pela defesa dos direitos de todos os cidadãos de ter uma vida digna e livre.

É importante enfatizar que a Política de Saúde Mental, e a própria RPB, são processos em construção e disputa, não são estáticos, são dinâmicos, exigem investimentos e transformações. São mais de 35 anos de Reforma Psiquiátrica no Brasil, quase 20 anos desde a promulgação da lei 10.216 que representa o início do projeto nacional de atenção à saúde em liberdade. Avançamos significativamente na assistência em saúde mental no país e não podemos permitir tal retrocesso. Ao longo dos últimos anos, a falta de investimentos na saúde e na saúde mental já têm freado esses avanços, deixando trabalhadores/as em condições precárias de trabalho, e provoca a desassistência da população como um todo. É preciso pensar em mudanças para a Política de Saúde Mental em conjunto com a sociedade em um processo democrático, sem perder de vista seus princípios e diretrizes de atenção e cuidado em liberdade.

Seguimos lutando intensamente na defesa da Reforma Psiquiátrica antimanicomial, POR UMA SOCIEDADE SEM MANICÔMIOS!

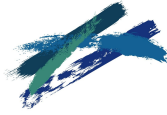
Frente Ampla em Defesa da Saúde Mental, da Reforma Psiquiátrica e da Luta Antimanicomial em Santa Catarina

Florianópolis, 09 de dezembro de 2020.



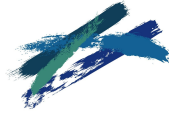
Frente Ampliada em Defesa da Saúde Mental, da Reforma Psiquiátrica e da Luta Antimanicomial de Santa Catarina

Aliança Nacional LGBTQIA+
Aliança Nacional LGBTQIA+
Amigos e Tribos
Anarquistas Contra o Racismo – ACR
Associação Alegre Mente
Associação Brasileira de Enfermagem SC – ABEn
Associação Brasileira de Ensino de Psicologia – ABEP
Associação Brasileira de Psicologia Social ABRAPSO SC
Associação Brasileira de Saúde Mental – ABRASME
Associação Brasileira Multidisciplinar de Estudos Sobre Drogas – ABRAMD
Associação dos Professores da UFSC – APUFSC
Associação dos Pós-Graduandos da UFSC
Câmara Técnica da Rede de Atenção Psicossocial de Araquari/SC
Câmara Técnica da Rede de Atenção Psicossocial/Amvali
Câmara Técnica da Rede de Atenção Psicossocial/Sul
CAPS ad II de Criciúma / SC
CAPS I Casa Azul de Mafra/SC
CAPS i de Criciúma / SC
CAPS II de Balneário Camboriú / SC
CAPS II de Criciúma / SC
CAPS III de Criciúma / SC
Centro Acadêmico de Psicologia Júlio Schruher Junior
Centro Acadêmico de Psicologia Prof. Nerilza Volpato Beltrame Alberton/UNESC
Centro Acadêmico de Psicologia Unisul Trajano /CAPUT
Centro Acadêmico de Relações Internacionais – CARI/UFSC
Centro Acadêmico Livre de Enfermagem da Universidade Federal de Santa Catarina – CALENF/UFSC
Centro Acadêmico Livre de Psicologia – CALPSI/UFSC
Centro Acadêmico Livre de Serviço Social – CALISS/UFSC
Colegiado de Apoio da RAPS de Santa Catarina
Coletivo Catarinense de Residentes em Saúde
Coletivo de Produção Integrada de Resistência Antimanicomial – Coletivo PIRA
Coletivo Epicena – Itajaí
Comissão da Diversidade Sexual e Gênero da OAB Nacional
Comissão de Direito Homoafetivo e Gênero da OAB SC
Comissão de Prevenção a Tortura
Comissão Intersetorial de Saúde Mental do Conselho Municipal de Saúde de Florianópolis – CISM/CMS
Conselho Municipal de Saúde de Balneário Camboriú – COMUS
Conselho Regional de Enfermagem de Santa Catarina
Conselho Temático da Rede de Atenção Psicossocial (CT-RAPS) de Itajaí
Departamento de Enfermagem Psiquiátrica e Saúde Mental da ABEn/SC



Frente Ampliada em Defesa da Saúde Mental, da Reforma Psiquiátrica e da Luta Antimanicomial de Santa Catarina

Deputado Fabiano da Luz - coordenador da Frente Parlamentar em Defesa da Saúde Mental em Santa Catarina
Elo das Marias – Coletivo de Mulheres Sobreviventes de Violências de Gênero
Epígenes - Núcleo de Estudos em Gênero, Diversidade Sexual e Saúde
Escola de Saúde Coletiva – UFSC Araranguá
Executiva Nacional de Serviço Social/Região VI – ENESSO
Federação Catarinense de Mulheres – FCM
Fluxo – Coletivo de Psicologia Social
Fórum Catarinense de Saúde Mental
Fórum Catarinense em Defesa do SUS e Contra as Privatizações – FCDSCP
Fórum de Políticas Públicas de Florianópolis – FPPF
Frente Parlamentar de Saúde Mental da Câmara de Vereadores de Florianópolis
Frente Parlamentar em Defesa da Reforma Psiquiátrica da ALESC
Grupo de Advogados pela Diversidade Sexual e Gênero – GADvS
GPPS UFSC
Instituto Arco-íris Direitos Humanos
Instituto Quereres – Associação de Pesquisa e Intervenção em Cultura, Educação e Saúde
Intercambiantes Santa Catarina
KOAN – Laboratório de Psicologia da Saúde e do Desenvolvimento Humano/UFSC
Laboratório de Estudos e Pesquisas em Psicanálise, Saúde Mental e Enfermagem – LEPPEN/UFSC
Laboratório de Pesquisas em História do Conhecimento em Enfermagem e Saúde - GEHCES/UFSC
Laço Analítico/ Escola de Psicanálise
Liga Acadêmica de Saúde Mental e Atenção Psicossocial – LASMAP/UNESC
Liga Acadêmica Multiprofissional de Saúde Coletiva/UNESC
Movimento de Mulheres de Criciúma
Movimento Nacional de Luta pela Moradia – MNLM / Coletivo Mobilizações Urbanas
Movimento População de Rua de SC
Núcleo de Pesquisa em Bioética e Saúde Coletiva- NUPEBISC/ UFSC.
Núcleo de Pesquisas em Clínica da Atenção Psicossocial – PSICLIN/UFSC
Núcleo de Prevenção as Violência e Promoção da Saúde – NUPREVIPS – Criciúma / SC
Núcleo de Sociologia, Filosofia e História das Ciências da Saúde – NESFHIS/UFSC
Núcleo do Conselho Regional de Serviço Social 12º Região – NUCRESS Sul
Núcleo de Humanização Arte e Saúde - NUHAS/UFSC
Programa de Residência Multiprofissional em Saúde Mental e Atenção Psicossocial – UNESC
Rede Nacional de Médicos e Médicas populares/SC
Rede Nacional Feminista de Saúde
Rede Recovery Brasil
Report - Associação de Usuários e Familiares da Saúde Mental de Joinville SC
Serviços Residenciais Terapêuticos de Criciúma / SC



Frente Ampliada em Defesa da Saúde Mental, da Reforma Psiquiátrica e da Luta Antimanicomial de Santa Catarina

Sindicato de Trabalhadores em Educação das Instituições Públicas de Ensino Superior do Estado de Santa Catarina

Sindicato dos Psicólogos do Estado de Santa Catarina – SinPsi/SC

Soraia Dornelles Schoeller – Laboratório de Ensino, Pesquisa e Extensão em Reabilitação – ReHabilitar/UFSC

União Brasileira dos Estudantes Secundaristas – UBES

União Catarinense das e dos Estudantes – UCE

União Catarinense das e dos Estudantes Secundaristas – UCES

União da Juventude Socialista de Santa Catarina – UJS/SC

União Nacional dos Estudantes – UNE